



AUTISMO E LINGUAGEM¹

AUTISM AND LANGUAGE

Kaique Vitor da Silva²

Laine Novaes Rhis³

Carolina Mesquita de Oliveira⁴

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo compreender a relação entre o autismo e linguagem, bem como o lugar que esta ocupa no diagnóstico dentro da perspectiva psicanalítica. Na tentativa de entender a relação entre o autismo e a linguagem, utilizaremos o olhar psicanalítico lacaniano como a lente para compreender os aspectos inerentes à estruturação psíquica no autismo. Para isso, foi feito a partir de uma pesquisa bibliográfica, o resgate histórico da concepção de autismo, com a intenção de esclarecer como o diagnóstico foi construído ao longo dos anos, uma vez que este já vinha sendo descrito por diversos estudiosos com diversas nomenclaturas. Posteriormente, foi abordado como acontece o desenvolvimento da linguagem no sujeito autista, ainda nos primeiros anos de vida; como este se relaciona com a linguagem e qual o papel dos cuidadores na estruturação psíquica dentro da concepção psicanalítica lacaniana. Para aproximar a discussão teórica à prática clínica, foram discutidos três das cinco vinhetas clínicas disponibilizadas por Campana, em sua pesquisa de mestrado (2013), com crianças que apresentavam risco de desenvolvimento autístico, focando nos aspectos pertinentes à linguagem. A mãe ou quem exerce a maternagem executa papel imprescindível na inscrição da criança à linguagem. Entretanto, o fato de uma criança caminhar para uma estruturação psíquica no autismo, envolve diversos outros fatores que precisam ser analisados caso a caso.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Linguagem; Psicanálise; Outro Primordial; Estudo de Caso.

ABSTRACT: This article aims to understand the relationship between autism and language, as well as its place in diagnosis within the psychoanalytic perspective. In an attempt to understand the relationship between autism and language, we will use the Lacanian psychoanalytic view as the lens to understand the aspects inherent to the psychic structuring in autism. For this, it was made from a bibliographic research, the historical rescue of the concept of autism, with the intention of clarifying how the diagnosis was built over the years, since it has been described by several scholars with different nomenclatures. Subsequently, it was discussed how language development occurs in the autistic subject, even in the first years of life; how it relates to language and what is the role of caregivers in psychic structuring within the Lacanian psychoanalytic conception. To bring the theoretical discussion closer to clinical practice, three of the five clinical vignettes provided by Campana, in his master's research (2013), were discussed with children who were at risk for autistic development, focusing on aspects relevant to language. The mother or whoever performs the maternity plays an essential role in the child's registration of language. However, the fact that a child is moving towards a psychic structure in autism involves several other factors that need to be analyzed on a case-by-case basis.

KEYWORDS: Autism; Language; Psychoanalysis; Other Primordial; Case Study.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história da psiquiatria, a condição conhecida hoje como autismo foi descrita por diversos psiquiatras e pedagogos, porém sem nomeá-la como tal. Os registros na literatura evidenciam um movimento feito pela psiquiatria preocupado em construir uma clínica exclusiva da criança. Um marco importante nessa evolução é a publicação do Manual de

¹ Este artigo é resultado da monografia apresentada ao curso de Psicologia da PUC Minas Campus Betim.

² Graduando em Psicologia pela PUC Minas, Unidade Betim. kaiquevitorpsico@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas, Unidade Betim. laine_novaes@hotmail.com

⁴ Orientadora deste trabalho. Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Professora Assistente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. carol_mesquita13@hotmail.com

Psiquiatria Infantil de Ajuriagerra em 1978, que classifica e descreve a Esquizofrenia Infantil, também chamada de *Psicoses da Fase de Latência*, como as psicoses da idade escolar, que surgem entre 5 a 12 anos de idade. Este termo “Esquizofrenia Infantil” desaparece com o surgimento da versão da CID-10.

A partir da década de 70, começa uma mudança na visão do autismo infantil. Que antes era considerado como uma psicose com um déficit social primário, passa a ser mais valorizado como uma deficiência cognitiva. A ênfase desloca-se, portanto, da deficiência no relacionamento social para deficiência intelectual. (CAMPANÁRIO, 2008, p. 35)

Em 1980, o DSM-III apresenta o termo *Distúrbio Pervasivo do Desenvolvimento*, dicotomizando a ideia de unificação de autismo e esquizofrenia infantil; entretanto, no mesmo ano, a CID-9 considera o autismo como parte da psicose infantil. Cerca de 7 anos mais tarde, com o lançamento do DSM III-R, o autismo infantil passa a ser chamado de *Distúrbio Autístico*, o que, naquele momento, possibilitou a ampliação dos critérios diagnósticos da patologia, que mais tarde deixou de ser considerada uma psicose infantil na CID-10 e passou a ser chamada de “Distúrbio Global do Desenvolvimento”, mantendo a ampliação diagnóstica do DSM III-R.

Na tentativa de entender a relação entre o autismo e a linguagem, utilizaremos o olhar psicanalítico lacaniano como a lente para compreender os aspectos inerentes à estruturação psíquica no autismo. Dentro desta estrutura, com diversas possibilidades de estudo, escolhemos a linguagem como objeto para nossa discussão. No campo da Psicanálise, o autismo é interpretado de formas diversas e, por vezes, divergentes. Para este trabalho, optou-se por seguir o viés lacaniano, agarrando-se à ideia da compreensão da linguagem como fundamental para o entendimento do diagnóstico de autismo. Para Lacan, o sujeito é efeito da instalação da linguagem, ou seja, o Outro materno introduz o bebê na linguagem e esta proporciona condições de significar o mundo externo.

Vale ressaltar que os avanços e pesquisas das neurociências sobre o autismo não foram e nem devem ser ignorados, porém, não serão citados neste trabalho. Segundo Duarte (2015),

[A Psicanálise] intenta a dar um passo a mais no entendimento do que se passa com essas crianças [autistas], ultrapassando a ótica biológica de descrição sintomática e classificação de síndromes e transtornos, realidade com a qual nos deparamos predominantemente hoje com os guias de classificação de doenças, para uma compreensão que envolveria algo além do orgânico. (p. 13)

Para Legnani e Almeida (2004), citados por Duarte (2015), “o discurso médico focado nas causas biológicas contribui para a desresponsabilização dos atores que se ocupam da criança, ficando unicamente o orgânico como responsável pelo fracasso e pelas dificuldades desta” (p. 13). Por esse motivo, optou-se por focar, neste trabalho, na relação estabelecida entre Outro materno e criança desde antes do nascimento desta e a primeira idade.

2 AUTISMO E LINGUAGEM: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

2.1 Metodologia

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos da pesquisa bibliográfica, que consiste em uma revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. (PIZZANI *et al*, 2010). Nesta perspectiva buscou-se autores do campo da psicanálise laciana-na que tenham como escopo de estudo o autismo.

Para enriquecer a discussão, também foi realizado estudo de caso que, segundo Pereira, Godoy e Terçariol (2009), caracteriza-se como o estudo profundo de um objeto, permitindo detalhado conhecimento sobre o mesmo, sendo um meio de organizar dados e reunir informações, preservando a sua peculiaridade, mantendo a totalidade do objeto preservada através da amplitude e verticalidade dos dados, através dos diferentes níveis de análise, da formação de índices e tipos de dados, bem como da interação entre os dados observados e a dimensão temporal em que se dá o fenômeno. Os casos clínicos utilizados neste trabalho foram selecionados aleatoriamente, sem a realização de leitura prévia, 3 dos 5 casos publicados por Campana⁵ (2013) referentes às vinhetas clínicas de casos do CAPSi. Estes foram nomeados pela autora como casos: José, Paulo e Helena. Destes casos, utilizaremos apenas fragmentos

5 Pesquisa realizada como requisito para a obtenção do título de mestre do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, cujo objetivo era “verificar se um bebê que está se desenvolvendo em um percurso autístico de acordo com o M-CHAT será considerado caso para sofrimento psíquico ou problemas de desenvolvimento pelo IRDI” (Campana, 2013, p.39). Segundo a autora, o Protocolo de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) é inespecífico para o diagnóstico de autismo, mas quando associado aos resultados do “*Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT)* – instrumento desenvolvido com a finalidade de identificar crianças com sinal de autismo a partir dos 18 meses de vida” (Campana, 2013, p.13), os resultados da investigação se tornam mais eficientes. A coleta de dados desta pesquisa ocorreu no “contexto de um grupo de pesquisa denominado *Transtornos do espectro de autismo: detecção de sinais iniciais e intervenção*, registrado no CNPq e coordenado pelo Prof. Dr. Rogério Lemer” (CAMPANA, 2013, p.14). A pesquisa foi realizada em São Paulo entre os anos de 2011 e 2012, em diversos centros de saúde do estado.

relacionados aos aspectos da linguagem pertinentes ao desenvolvimento da criança, correlacionando-os ao autismo.

2.2 AUTISMO E LINGUAGEM

Para compreender a relação entre o diagnóstico de autismo e a linguagem, é necessário esclarecer a importância desta na constituição do sujeito, segundo a perspectiva psicanalítica. Na concepção lacaniana, o ser humano não usa a linguagem como instrumento, mas é assujeitado por ela. A linguagem é, portanto, estruturante ou constitutiva do sujeito. Neste sentido, pode-se entender que o ser humano é constituído a partir e na linguagem.

Desde o início de seu ensino, Lacan nos mostra que a linguagem em seu sentido mais corrente do termo, a Língua falada, com sua estrutura discursiva, preexiste ao sujeito, ao seu nascimento, e à sua constituição psíquica. O sujeito se inscreve ou é inscrito no “movimento universal” do discurso sob a forma de seu nome próprio, nesse sentido a linguagem é constitutiva, tanto do sujeito como da cultura. (MAY, 2010, p. 260)

A Psicanálise Lacaniana apresenta um sujeito que vai além do corpo biológico: é preciso que haja um lugar simbólico reservado à criança para que ela venha a subjetivar-se. Lacan situa a estruturação do inconsciente a partir de um encadeamento de significantes, produzindo um saber, onde o sujeito está localizado. “Isso remete à noção de sujeito barrado (\$), introduzida por Lacan, que diz respeito justamente à barreira que a linguagem representa, em que o sujeito em si jamais poderá advir, a não ser pela articulação significante” (AZEVEDO; NICOLAU, 2017, p.17). A criança já é introduzida na dinâmica da língua antes mesmo de poder falar, possibilitando a construção de um saber de si ao assumir um lugar no discurso ao qual possa se referir. Ainda segundo Azevedo e Nicolau (2017), é necessário que haja a transmissão da linguagem para que o sujeito seja introduzido e constituído através dela.

Levando em conta a construção do sujeito desde seu nascimento, deve-se considerar, assim como Catão e Vives (2011), que o bebê nasce imerso em um banho de linguagem: tudo a sua volta é apresentado pelo Outro através da linguagem. Para que este pequeno sujeito advenha enquanto ser falante, é preciso que a linguagem incorpore significação de valor suficiente para que se inscreva.

De acordo com Rêgo e Carvalho (2006), o sujeito se constrói a partir da relação com o Outro Primordial. Dentro desta perspectiva lacaniana, o Outro é uma presença real do que corresponde a uma função simbólica e é responsável pela constituição do eu e do inconsciente

da criança, seu olhar e sua voz são de imprescindível importância como meios pelos quais o bebê recebe a marca do enigma do desejo do Outro.

Crespim (2004), parafraseado por Duarte (2015), define o Outro Primordial (geralmente a mãe) como

Um lugar atributivo, ou seja, quando seu bebê grita, a mãe encara este grito como um apelo, um pedido pela sua presença, e lhe atribui um conteúdo supondo o que ele lhe demanda a partir de seus próprios conteúdos conscientes e inconscientes. (CRESPIM, 2004 apud DUARTE, 2015, p.41)

Esta ação da mãe faz com que a necessidade do bebê tenha encontro com a linguagem. Desta forma, marca-se o corpo do sujeito pela linguagem: o que era necessidade carrega então a marca de interpretação do Outro. Para Duarte (2015): “Esta ação atributiva da mãe carrega consigo o destino de uma alienação do sujeito a esses significantes maternos que lhe são impostos. Um destes significantes é aquele que o sujeito buscará para lhe representar” (p. 41).

Segundo Lacan (1964/2008), “o Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (p. 200). O Outro será o portador do significante que constituirá o sujeito.

No processo de alienação trata-se, como destaca Lacan (1964/2008), de uma escolha forçada, pois é necessário que o ser escolha entre deixar-se capturar pelo significante e assim ser petrificado por ele sob a promessa de existir enquanto sujeito, ou seja, deixar-se alienar, ou permanecer fora do campo da linguagem, indeterminado na cadeia significante e impossibilitado de qualquer deslizamento. Escolher a petrificação é a condição do ser falante. (DUARTE, 2015, p.42)

Essa captura pelo significante é esperada no sujeito neurótico, a alienação ao significante do campo do Outro é o destino do psicótico. Kupfer (1999), mencionando a entrevista de Jerusalinsky a revista *A Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, define psicose e autismo como duas estruturas distintas, sendo uma que trata da forclusão e a outra da exclusão. A forclusão refere-se a um mecanismo dentro de um funcionamento psíquico. Catão e Vives (2011, p. 85), mencionam que “o funcionamento psíquico se estrutura de tempos sucessivos de afirmação e negação”. Lacan, ao discorrer sobre as diferentes modalidades de negação da castração encontradas em cada estrutura psíquica, afirma que, na neurose, o *recalque* é o mecanismo de negação, a *forclusão* destina-se à psicose e a *renegação* à perversão.

Para Laznik (2004), o autismo possui um meio particular de negação, diferente das outras três estruturas psíquicas descritas por Lacan. Para a autora, no autismo a negação se dá

através da *elisão*. Encontra-se como sinônimos de *elisão* as palavras: exclusão, supressão e eliminação. O mecanismo psíquico conhecido como *elisão*, defendido por Laznik, seria, portanto, caracterizado pelo evitamento, que seria mais arcaico que a *forclusão* na psicose. No autismo, falha a captação primeira do sujeito no significante que deveria ser promovida pelo Outro Primordial (materno). Desta forma, o bebê autista evita, fazendo desaparecer, os primeiros significantes que lhe chegam. Porém o inconsciente se estrutura como linguagem quando está em relação com outro aparelho de linguagem: com um Outro falante. Portanto, o Outro Primordial, através da interpretação das necessidades do bebê, marca seu encontro com a linguagem, permitindo que seu inconsciente se constitua. Para que esse processo ocorra de forma satisfatória, é necessário que o bebê ocupe lugar no desejo desse Outro: através dos cuidados básicos investidos pela mãe, ela transmite seu desejo ao filho.

A mãe da criança autista, por não estar em uma posição desejante em relação ao seu filho, por ser a marca de sua falta frágil, não consegue transmitir esse desejo ao filho no momento dos cuidados, o que o faria permanecer no registro do Real do organismo, unicamente, sem enlace com o imaginário. As experiências de satisfação não se inscrevem a contento, já que é necessário para que se invista em um determinado conjunto de traços essa percepção do investimento do Outro no corpo do bebê, e assim não podem ser reinscritas no inconsciente. (DUARTE, 2015, p.55)

A mãe, fazendo o movimento de introduzir o bebê na linguagem, possibilita que a própria criança se inscreva, do contrário, a hipótese lacaniana diz que a relação entre a criança e a linguagem não possui significação, ou seja, o sujeito não passa pelas travessias das estruturas da linguagem. Kupfer (1999), ressalta que as marcas, inscrições originárias, precisam de alguém que as signifique e lhes dê regularidade de leitura, para que a criança possa ser inscrita na linguagem.

Sobre o posicionamento da criança em relação à inscrição da linguagem, Catão e Vives (2011, p. 85) registram: “a pequena criança não pode não ouvir, pois a orelha é um orifício que não se fecha nunca, porém, ela pode se recusar”. Para além de envolver a criança e fazer com que ela se inscreva na linguagem, é necessário que o bebê dê seu consentimento à incorporação da voz.

No Seminário 11, Lacan (1988) discorre sobre alienação e separação enquanto operações de constituição subjetiva. A alienação seria a primeira operação que captura o sujeito para que este possa ser provido de representantes que darão significado ao mundo. Por esse motivo, não existe sujeito sem o mínimo de alienação. Para Laurent (1997), “a alienação é o fato de que o sujeito, não tendo identidade, tenha de identificar-se a algo” (p. 43), entretanto o autor também nos diz que essa marca da falta na identidade não poderá ser completamente

representada pelo Outro. Já sobre a separação, Lacan (1988) registra que esta seria aquilo que retorna para o sujeito da alienação constitutiva, ou seja, dizer sobre a falta e desejo do Outro é dizer sobre si mesmo.

Contudo, tratando-se de autismo, Laznik (2004) aponta uma falha na constituição subjetiva nas duas operações de causação do sujeito – alienação e separação –, mais especificamente na alienação. Segundo a autora (1997) a alienação por si só é insuficiente para o nascimento do sujeito, faz-se necessário que também aconteça a operação de separação.

Para melhor compreender o que de fato faz o bebê ser envolvido por uma voz que o conduz na inscrição da linguagem e na entrada ao universo simbólico, Campanário e Pinto (2006) dedicam, em sua publicação, um capítulo para a voz da sereia e ao *manhês* no processo de subjetivação. A voz da sereia, que também já havia sido elucidada por Lacan (1966) através da expressão “a voz como objeto da pulsão invocante (ou vociferante)”, vem sendo mencionada por alguns estudiosos como um ponto chave na compreensão da relação entre o autismo e a linguagem.

O *manhês*, segundo os autores Campanário e Pinto (2006), refere-se à maneira particular com que cada mãe fala com seu filho. Em um primeiro momento, a mãe antecipa a subjetividade do bebê. Em seu livro, a autora Laznik (2004) compara a voz da mãe neste primeiro momento com a voz da sereia. Então, de acordo com Campanário e Pinto (2006), esta mãe entona a voz para torná-la infantilizada e, por meio desta, surge a fala atribuída, em que ela fala em nome do bebê, ou seja, através da própria voz “faz de conta que o bebê está falando”. Este movimento, segundo Laznik (2004), faz com que a criança seja aos poucos introduzida na linguagem. Surgem também, de acordo com Campanário e Pinto (2006), as pausas prolongadas que garantem o lugar de ser falante do bebê.

Em sua tese de doutorado, Jerusalinsky (2009) caracteriza o *manhês* como:

Uma entonação que se caracteriza pela grande incidência dos picos prosódicos, pela sintaxe simplificada, pelo uso de diminutivos, pela evitação de encontros consonantais – frequentemente suavizados pela substituição de fonemas –, pela repetição silábica e pelo uso de um registro de voz mais alto (agudo) que o habitual. (JERUSALINSKY, 2009, p. 105)

Em outras palavras, o *manhês* é um diálogo particular que acontece entre mãe e bebê. A criança é envolvida por essa voz, para que o seu olhar possa ser dirigido à mãe, despertando seu interesse para aquilo que é externo. Além disso, de acordo com Jerusalinsky (2009), essa entonação envolvente é normalmente acompanhada por uma rica movimentação facial, “convocando o bebê não só a escutá-la, mas olhá-la” (p. 106).

Seguindo no desenvolvimento do bebê, Campanário e Pinto (2006) afirmam que, aos nove meses, a criança se apresenta mais ativa vocalmente. A mãe percebe este desenvolvimento do bebê e então inicia um novo deslocamento: o de ocupar seu próprio lugar de mãe na fala. Ela passa a fazer pontuações nas manifestações vocais ritmadas do bebê. “A criança a partir dos 15 meses, passa a assumir seu próprio lugar de sujeito e também assume outros lugares, como faz a mãe” (CAMPANÁRIO & PINTO, 2006, p.159). Para os autores, este caracteriza o momento de fala enfática.

Nos bebês com sintomas autísticos, não é possível identificar o envolvimento do bebê com a fala da mãe, já que há uma recusa da voz do Outro, uma falta de resposta ao chamado. Ou seja, o bebê precisa dar seu consentimento à incorporação da voz. Segundo Catão e Vivès (2011), a recusa pode ser uma forma de defesa psíquica. O que vem do Outro é elidido pelo sistema psíquico do bebê. Laznik (1997) hipotetiza que a ausência do manhês pode se dar por um desinvestimento da mãe no bebê, em razão da não-resposta deste. Ou seja, após sucessivos investimentos da mãe sobre o bebê, seguidos da recusa deste, a mãe perde o interesse em envolver a criança na linguagem através do manhês.

Para Catão & Vivès (2011), “a escuta antecede a fala e é porque alguém a escutou, se endereçou a ela sustentando a hipótese de que um dia ela responderia, que uma criança poderá tomar a palavra um dia” (p.87). Ainda segundo os autores, a fala é uma conquista da criança, ela é o resultado esperado da estruturação do seu funcionamento psíquico.

Para construir a possibilidade de exercer a função da fala, a criança deve escutar o chamado da voz ouvido no endereçamento e, em um segundo tempo, tornar-se surda. Nossa hipótese é a de que o sujeito autista não acede ao necessário ensurdecimento para a voz do Outro. A recusa ativa da voz pelo sujeito autista indica um recuo diante do trauma da entrada no campo da linguagem. (CATÃO; VIVÈS, 2011, p.88)

Catão (2009) propõe que a voz enquanto objeto pulsional é não constituída na criança autista. Ou seja, a própria voz não se constitui.

Ao descrever o quadro clínico de 11 crianças, Kanner (1943) afirmou que a relação da criança autista com a linguagem possui características de autossuficiência, sem caráter de comunicação ou valor de significação. Logo, pode-se afirmar que o autista possui uma forma singular de se relacionar com a linguagem.

Como recorda Maleval (2009), a criança autista não tem dificuldade de se comunicar, de compreender ou de se fazer compreender. A clínica nos mostra como, não sem esforço, ela indica imperativamente aquilo que quer. O que ela nos apresenta é uma recusa em falar, uma recusa da dimensão enunciativa da voz. O autista fala,

desde que apague a dimensão enunciativa daquilo que ele diz. Ele tenta reproduzir uma fala desconectada da dimensão subjetiva. Disto resultam estereotípias verbais e ecolalias. (CATÃO; VIVÈS, 2011, p.88)

Na relação do sujeito com a linguagem, entende-se que a fala, assim como a pintura ou um poema, é uma produção realizada por determinados indivíduos. Já sobre a relação que o autista estabelece com a linguagem, Carvalho e Avelar (2002), afirmam que as produções (falas) realizadas por autistas possuem efeito de estranhamento, pois tratam-se apenas de repetições de algo que foi ouvido. Kanner (1943), afirmou que os autistas repetem de forma imediata ou não, as falas escutadas como se fossem um papagaio.

Em alguns casos, segundo Kupfer (1999), não se percebe o autismo nos primeiros meses de vida, pois algumas imitações podem acontecer, como por exemplo, a criança pode dar o “tchauzinho”, embora ele ainda não tenha valor indicativo de organização da linguagem. Ainda segundo a autora, essas imitações desaparecem com o tempo, sem deixar nenhum rastro, pois elas não estabeleceram relação com o Outro. Já para Laznink (1997), algumas imitações recuam-se para as estereotípias encontradas no autismo, já que estas nunca tiveram de fato valor significativo na linguagem.

Para Brunetto (1999), o autista não deixa de estar na linguagem, ou seja, é importante pensar que mesmo que o autista não responda ou apenas reproduza alguma fala escutada em um determinado momento, ele também está inserido na linguagem. Portanto, ‘estar’ na linguagem é diferente de ser ‘inscrito’ nela.

Ao elucidar os aspectos da relação da linguagem com o autismo, é inevitável discorrer sobre a ecolalia. Esta trata-se de repetir mecanicamente frases ou palavras que ouve (LIMA, 2002). Este tipo de manifestação verbal, segundo Rodriguez (1999), indica uma posição diante da língua de permanecer fora, ou seja, de exclusão. Mesmo que a ecolalia apareça como sintoma, ela também aponta uma relação singular que o autista estabelece com a língua.

É importante também compreender, dentro da complexidade da condição do autismo, tratando ainda sobre as ecolalias, que estas não se resumem apenas em “repetir o que o outro diz”. Para Lemos (1985), por exemplo, esse tipo de vocalização foi conceituada por especulação. O que de fato importa é que esse tipo de vocalização se apresenta como algo característico no campo da aquisição de linguagem do autista.

Tendo em vista os aspectos cruciais na compreensão do autismo e sua relação com a linguagem, se faz importante observar, na prática, como acontece o desenvolvimento da linguagem nos autistas. Para tanto, na próxima seção será apresentado e discutido este aspecto a

partir de casos clínicos publicados pela autora Campana (2013) em sua tese de mestrado apresentada na Universidade de São Paulo.

2.3 ANÁLISE DE CASOS CLÍNICOS

2.3.1 José

José, um menino de 1 ano e 4 meses que foi encaminhado para avaliação no CAPSi a pedido da creche onde estudava. A queixa apresentada pela instituição era a de que a criança não se relacionava com os outros colegas de classe e tinha dificuldades para se vincular à professora. Segundo Campana (2013) a criança foi encaminhada para o Capsi no período em que iniciara sua pesquisa, e com isso, a aplicação do Protocolo IRDI pode compor a avaliação diagnóstica da criança. A suspeita da equipe multidisciplinar do serviço, composta por profissionais das áreas da pediatria, neurologia e psicologia, era de que se tratava de um caso de risco para o autismo. Durante o processo diagnóstico e a aplicação do protocolo, que durou três meses, os pais foram convidados a partir das entrevistas, no entanto, somente a mãe compareceu. A ausência do pai neste processo foi justificada por demandas do seu trabalho.

No primeiro encontro, a mãe relatou que estranhava alguns comportamentos do filho, que, para ela, não tinham sentido algum e que havia um desencontro entre eles desde a gestação, pois estava de luto durante a gravidez, já que, em suas palavras: “além de estar gorda, de não reconhecer meu corpo, ainda estava desempregada e passando por dificuldades financeiras” (CAMPANA, 2013, p. 63). A mãe disse também não se lembrar de muitas coisas sobre os primeiros quatro meses de vida do filho.

Já no segundo encontro, em determinado momento, José, que estava no colo da mãe desce ao chão, aponta e tenta abrir o armário que estava trancado. O menino chora e imediatamente a mãe coloca a mamadeira em sua boca. Ao ser questionada pela pesquisadora sobre o porquê de José estar chorando, a mãe diz: “[...] ele queria abrir o armário porque sabe que lá tem brinquedo [...]” (CAMPANA, 2013, p. 64). Neste fragmento, podemos hipotetizar que, assim como mencionado na seção anterior, a mãe “supõe o que não está, e antecipa a função-sujeito como forma de fazê-la funcionar antes de estar instalada” (KUPFER, 1999, p. 104). Embora aos 16 meses de idade seja esperado que a criança já esteja inscrita na linguagem, neste caso, a mãe retira da criança o lugar de fala ao colocar a mamadeira em sua boca para silenciar/cessar seu choro diante da dificuldade em abrir o armário.

Observando a atitude da mãe, a pesquisadora questiona sobre o ato de dar a mamadeira para José. A mãe diz sorrindo, sem graça: “[...] é mesmo, é que é tão difícil para mim ouvi-lo chorar que preferi calá-lo, mas assim ele não vai falar né?” (CAMPANA, 2013, p.64). Diante da dificuldade da mãe em ouvir o choro do filho, a mamadeira é um meio para silenciá-lo, o que impossibilita a criança vivenciar o momento de fala enfática.

Tento em vista o caráter insuportável do choro da criança para a mãe, nos lembramos de Freud (1895/1996) que, ao explicar a formação e funcionamento do aparelho psíquico, aponta o desamparo infantil como constituinte da subjetividade, já que o choro é o que resta ao bebê diante da incapacidade de se satisfazer. Ou seja, o bebê chora perante à insatisfação e alguém lhe responde na tentativa de satisfazê-lo. O choro, então, é a primeira mensagem do bebê ao Outro; mas só é mensagem, se houver alguém para lhe atribuir esta condição. No caso de José, seu choro não toma lugar de mensagem, mas de incômodo, silenciado pela mamadeira, já que não suporta ouvi-la chorar.

Ao final do encontro, a mãe relata que “o filho fala “ma” e “pa”, mas que ela não sabe se isso quer dizer mamãe e papai, por isso não assume que quando ele diz “ma” está chamando por ela” (CAMPANA, 2013, p.64). Com base na teoria de Lacan mencionada na seção anterior, podemos inferir que, mesmo se ao dizer “ma”, o bebê não tenha intencionalidade em dizer “mamãe”, o Outro Primordial deve atribuir significação à vocalização que, a princípio, pode não haver valor simbólico. É através do sentido atribuído pelo Outro que o choro ou a voz da criança ganha significado. Assim, para José, falta alguém que escute o que ele ainda não é capaz de dizer, e atribua sentido, aparentemente, de forma despretensiosa.

2.3.2 Paulo

Paulo, um menino de 1 ano e 4 meses que foi encaminhado para avaliação no CAPSi, também a pedido da creche. Esta queixava-se que o menino não demonstrava interesse quando convocado e não se relacionava com outras crianças ou com as professoras.

O encaminhamento da criança ao CAPSi aconteceu no período de desenvolvimento da pesquisa de Campana (2013). A mãe e a avó materna, cuidadora da criança desde os seus três meses de idade, aceitaram participar da pesquisa. Os pais foram convidados para a entrevista de aplicação do IRDI, no entanto, a mãe participou apenas da primeira, sendo as demais conduzidas pela avó materna, que também justificou a ausência dos pais por uma crise conjugal vivida por eles e o não reconhecimento das dificuldades do filho.

Durante a primeira entrevista, a mãe relata que havia cuidado de Paulo somente até o terceiro mês e sugere que havia dado o filho para avó. Ela ainda diz que eles nunca foram próximos e ao falar sobre a amamentação afirma: “[...] ele mamava dormindo. Eu não falava com ele, seria estranho, como se eu estivesse falando sozinha [...]” (CAMPANA, 2013, p.65). É possível perceber um distanciamento entre mãe e bebê já nos primeiros meses. Rego e Carvalho (2006) afirmam que o sujeito se constrói a partir da relação com o Outro Primordial, e é através dela que o bebê se constituirá enquanto eu e inconsciente, pois aquele que exerce a maternagem é a presença real do que corresponde a uma função simbólica. Evidencia-se então a importância de mãe e bebê estabelecerem uma relação na qual a mãe, através da sua presença e da fala, contribua na constituição da criança como sujeito. Para Jeruzalinsky (1993), mencionada por Rêgo e Carvalho (2006), “a mãe do autista é uma turista do desejo, pois o seu objeto de desejo – seu filho – está fora do seu olhar” (p. 17). Desta forma, “essa mãe seria como um turista que, ao posicionar-se para uma fotografia de determinado monumento, volta as costas para ele” (p. 17). Ainda segundo os autores:

Nessa perspectiva, estar fora do olhar do Outro implica estar fora do simbólico. O olhar aqui referido significa investimento libidinal, e a não instalação da relação especular, por conta da ausência desse olhar, poderá acarretar patologias que traduzem a não instalação da relação simbólica fundamental. Fala-se, portanto, de uma síndrome autística. (Rêgo; Carvalho, 2006, p. 17)

Para Paulo, a mãe como uma turista diante da presença do filho, parece vira-lhe as costas ao monumento, e assim, a criança não encontra lugar na fotografia desta relação, permanecendo como um estranho.

Por outro lado, a avó – quem assume os cuidados destinados a Paulo – antecipa e atribui sentido ao desejo do neto, incluindo-o na fotografia, o que pode ser notado em dois momentos. Primeiro a avó diz: “[...] até hoje eu preciso adivinhar o que ele quer, pois Paulo não solicita nada, mas isso não é problema para mim [...]” (CAMPANA, 2013, p. 65). Em alguma medida, a avó escuta o desejo de Paulo, mesmo dizendo que o menino não solicita nada. Este movimento pressupõe que a escuta da avó “antecede a fala e é porque alguém a escutou, se endereçou a ela sustentando a hipótese de que um dia ela responderia, que uma criança poderá tomar a palavra um dia” (CATÃO, VIVÈS, 2011, p.87).

A pesquisadora também descreve, ao observar avó e o neto, que o menino estende os braços à avó, que o coloca no colo, ele se mexe e emite alguns gritos. Então, ela se queixa sobre a criança estar pesada, mas não se incomoda quando ele esfrega seu nariz em seu seio e puxa sua blusa. A avó ainda diz “[...] ele se sente dono de tudo!” (CAMPANA, 2013, p.65).

Diante desse fragmento, é possível inferir que a avó atribui sentido ao desejo do neto, faz com que ele apareça na fotografia da relação, mesmo que Paulo não tivesse apresentado nenhum tipo de linguagem vocalizada.

Sobre a formação psíquica do sujeito ainda no início da vida, Catão e Vivès (2011), afirmam que:

De início, é preciso que o ser suposto falante tome emprestada a voz do Outro, que ele aceite incorporá-la. Esta alienação permitirá que, a posteriori, ele possa falar em seu próprio nome. A organização deste funcionamento na criança e pela criança não ocorre sem um Outro não-surdo (VIVÈS, 2009), alguém capaz de escutar o que a criança ainda não diz, de invocar sua resposta e de emprestar-lhe sua voz, que ela ainda não tem. (p. 86)

No caso de Paulo, se faz perceptível uma mãe que não insere a criança no seu discurso de desejo, mantendo uma distância afetiva do filho, e, contrapondo, uma avó que assume o papel de cuidadora e, conseqüentemente, do Outro necessário para dar sentido e voz para a criança (*Outro Primordial*, conceituado na seção anterior).

Outra observação pertinente feita pela pesquisadora é sobre o discurso com poucas brechas para intervenções pontuais dadas pela mãe e pela avó sobre o desenvolvimento da criança. A pesquisadora registra: “a mãe pouco se autoriza na função materna e a avó, ao mesmo tempo em que toma os cuidados de Paulo para si, faz poucas referências a ele” (p. 66). E continua: “[...] ambas pareciam repetir, sem apropriação, uma lista de sinais de risco para o autismo” (p.66). Isso suscita então, uma reflexão sobre o discurso no qual a criança é inserida por seus cuidadores.

Na perspectiva lacaniana, a estruturação do inconsciente emerge de um encadeamento de significantes do Outro, produzido por um saber onde o sujeito está localizado. No caso de Paulo, os discursos da sua mãe e da sua avó se limitam a repetir uma lista de sintomas, sem incluir de fato a criança. Formando então uma cadeia de significantes que incluem Paulo em um desejo que parece reduzir a criança em sintomas elencados a que o menino parece responder. Azevedo & Nicolau (2017) ainda afirmam, que “o sujeito em si jamais poderá advir, a não ser pela articulação significativa” (p.17).

2.3.3 Helena

Helena, uma criança de 2 anos e 6 meses que era paciente há três meses no CAPSi. A princípio, não era candidata a participar da pesquisa, uma vez que o IRDI não estaria previsto

para sua idade. Porém, a equipe do serviço insistiu para que ela também fosse avaliada, alegando que, além de ampliar as discussões do caso, os dados coletados poderiam orientar melhor as futuras intervenções clínicas.

No primeiro encontro com a pesquisadora, somente o pai compareceu e alegou que sua esposa não aceitava participar do tratamento da filha. Durante a conversa, ele relatou não saber muito sobre os primeiros meses de vida de Helena, pois trabalhava muito e “achava normal ela ficar sozinha, quieta no berço” (CAMPANA, 2013, p.67). E ainda acrescentou que “só percebeu algo diferente com a menina quando a creche levantou a hipótese dela ser surda” (p.67). O pai também afirmou que seria melhor conversar com a mãe de Helena sobre o seu desenvolvimento.

A pesquisadora, na tentativa de mobilizar a mãe a participar das entrevistas, entregou ao pai o roteiro do IRDI para que eles pudessem responder juntos em casa – uma vez que o pai não estava sabendo responder as informações necessárias do protocolo. Este manejo fez com que o casal comparecesse junto ao segundo encontro, acompanhados de Helena e outra filha de 5 anos que não apresentava problemas no desenvolvimento. A mãe de Helena iniciou dizendo:

“[...] a gente (pais) só não se separa por conta das meninas, mas já dormimos em camas separadas: eu com minha filha mais velha e ele com a Helena. Eu fiquei com muito medo quando soube que estava grávida pela segunda vez, tinha medo de morrer, pois além de ter tido pré-eclâmpsia no meu primeiro parto, eu havia começado a tomar medicação para emagrecer e fiquei com medo de que isso pudesse prejudicar minha filha. Será que isso interferiu? [...]” (CAMPANA, 2013, p.68).

Durante a entrevista, ao responder as duas primeiras faixas do IRDI, a mãe afirmou que “[...] nada sabia a respeito pois a filha passava o dia solitária no berço e tinha a TV como única companhia [...]” (CAMPANA, 2013, p.68). A partir do relato da mãe, é possível identificar um distanciamento entre mãe e bebê no primeiro ano de vida, o que dificulta Helena a se inscrever na linguagem.

Para validar esta hipótese, retomamos Catão e Vivès (2011) que afirmam que a linguagem precisa incorporar significação de valor suficiente para que ela se inscreva, ou seja, o Outro precisa conduzir a criança para que ocorra a inscrição da linguagem. No caso de Helena, a criança, em certa medida, não ocupa lugar de desejo no discurso da mãe, corrobora com isso o fato de Helena ainda dormir com o pai enquanto a outra filha dorme com a mãe. Diante disso, a mãe não consegue introduzir a criança na linguagem, uma vez que esta ocorre através da transmissão do desejo ao filho. Duarte (2015) ainda afirma, que a mãe “por não estar em

uma posição desejante em relação ao seu filho, por ser a marca de sua falta frágil, não consegue transmitir esse desejo ao filho no momento dos cuidados” (p.55). Isso inviabiliza que o simbólico seja inscrito na criança, pois, assim como mencionado anteriormente, Rêgo e Carvalho (2006) pontuam que o Outro Primordial é a presença real da função simbólica.

Assim, retomamos ao cerne da condição autística para a Psicanálise lacaniana: falta o Outro que dá sentido e empresta a sua voz para o bebê ao incluí-lo no seu próprio desejo. Para o autista, seja por ausência de alguém que exerça a função materna, ou por elisão da criança, o vínculo com o Outro não se faz e a criança é mantida à parte do desejo desse, sem a oportunidade de, através do discurso ou desejo do Outro, ser inscrita na linguagem.

Após o terceiro encontro, a mãe mostrou estar mobilizada pela preocupação dada a gravidade do caso de Helena. Os pais da criança trouxeram para este momento da avaliação um discurso carregado de culpa referente a situação atual da própria filha. O casal se dispõe a assumir o lugar de mãe e pai na vida de Helena no que se refere a atenção voltada à criança. A mãe ainda afirmou que realizou várias leituras sobre o autismo e se mostra ansiosa acerca do desenvolvimento da filha. Segundo Campana (2013), os pais pareciam estar mais fortalecidos em sua função parental.

Na descrição do último encontro entre a pesquisadora e os pais de Helena, eles relatam avanços no caso da menina: “[...] quando quer carinho da mãe, por exemplo, ela estica os braços; quando o pai propõe a brincadeira cadê-achou, Helena chega olhar para ele e esboçar um sorriso quando aparece.” (CAMPANA, 2013, p.69). A partir das descrições feitas pela pesquisadora, e possível inferir que, após o investimento dos pais na condução da criança nas travessias da linguagem, alguns resultados já puderam ser notados.

Para Catão e Vivès (2011), ainda que o Outro Primordial se movimente para conduzir a criança na inscrição da linguagem, o bebê também precisa dar seu consentimento à incorporação da voz. No caso de Helena, mesmo que sutil, a criança permite que aconteça a operação de alienação, uma vez que ela busca, na mãe, o carinho e também volta seu olhar para ao pai na brincadeira do cadê-achou.

2.3.4 Considerações sobre os Casos

Após o estudo dos casos, evidencia-se a importância da relação mãe-bebê no processo de constituição psíquica do bebê e para tanto, é necessário que exista alguém que designe sentindo ao choro, comportamentos e vocalizações do bebê, para que este possa, posteriormente, se tornar um ser desejante, um sujeito.

Tendo em vista que os três casos analisados acima tratam-se de histórias reais, se faz necessário abordar o desfecho que nos convida a uma reflexão. Em todos os casos, puderam ser identificados, através dos protocolos de IRDI, alguns sinais que indicavam uma estruturação psíquica que caminhava para o autismo. Entretanto, todos os casos conseguiram se desenvolver numa estrutura fora do autismo. Isso só foi possível devido à conduta e as intervenções precoces realizadas com os pais. Campana (2013) ainda diz que “por mais que se afirme a importância de detectar sinais iniciais de patologias como o autismo para oferecer a intervenção o mais cedo possível, isso não significa que os pais devem ser alarmados”. Portanto, não se trata apenas de diagnosticar, mas sim de saber conduzir cada caso.

O que de fato nos interessa é que os três casos nos mostram que, se detectado precocemente, o diagnóstico de autismo pode passar por intervenções e se desenvolver em uma estrutura distinta. Portanto, o convite à reflexão se pauta no fato de que uma patologia que é muito estigmatizada, também possui outras possibilidades de desenvolvimento – encarcerar uma criança a um diagnóstico é retirar dela estas possibilidades.

3 CONCLUSÃO

Tendo em vista a análise discutida neste trabalho e os aspectos em comum que sobressaem nos três casos, emerge em nós um questionamento que devemos pontuar como reflexão: *Qual lugar o bebê ocupa no desejo dos pais?* Embora a proposta inicial seja tratar apenas da relação do autista com a linguagem, notamos que o discurso dos pais evidencia o seu desejo em relação ao bebê.

O sujeito com estruturação psíquica no autismo possui uma relação peculiar com a linguagem, seja pela falha na relação mãe-bebê, pela insuficiência no *manhês* ou pela própria recusa da criança à incorporação da voz. Partindo do pressuposto de que o sujeito se constrói na relação com o Outro Primordial, é nela que está o lugar atributivo, ou seja, é a partir desta relação que a linguagem é incorporada. Portanto, podemos inferir que o lugar ocupado pela criança no desejo dos pais é fator de extrema importância na construção da estruturação psíquica da criança.

De fato, a mãe ou quem exerce a maternagem executa papel imprescindível na inscrição da criança à linguagem. Entretanto, o fato de uma criança caminhar para uma estruturação psíquica no autismo, envolve diversos outros fatores que precisam ser analisados caso a caso. Faz-se necessário esclarecer a importância da não culpabilização da mãe (ou quem exerce sua função) pela criança estruturar-se no autismo, já que, para além da participação ou não da

criança no desejo dos pais, existe a possibilidade do bebê se recusar a estabelecer vínculo com seus cuidadores. Portanto, deve-se enxergar a mãe como participante na construção psíquica da criança, assim como o pai e todos os outros envolvidos na vida do sujeito, que fazem parte de seu processo de subjetivação – vale ressaltar, que a participação do Outro também ocorre nas outras formas de estruturação (neurose, psicose e perversão).

Para além da construção de conhecimento e reflexões feitas neste trabalho, ressalta a importância de, como profissionais da Psicologia, termos olhos e ouvidos atentos e postura acolhedora para que, não só consigamos reconhecer casos de risco de autismo, mas também possamos, através da nossa intervenção profissional, minimizar o sofrimento do sujeito e da sua família.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marcela Maria de Paiva; NICOLAU, Roseane Freitas. Autismo: um modo de apresentação do sujeito na estrutura de linguagem. *Estilos clín.*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 12-28, abr. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282017000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2019.

BRUNETTO, A. Ser ou não Ser... um Sujeito? Eis a Questão do Autista. In S. Alberti (org.) *Autismo e Esquizofrenia na Clínica da Esquise*. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 1999, pp.267-272.

CAMPANA, N. T. C. (2013). *Uso de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

CAMPANÁRIO, I. S. (2008). *Espelho, espelho meu: a psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves*. Salvador: Ágalma. Jardim, G.

CAMPANÁRIO, I., & PINTO, J. (2006). O atendimento psicanalítico do bebê com risco de autismo e de outras graves psicopatologias. Uma clínica da antecipação do sujeito. *Estilos Da Clínica. Revista Sobre a Infância Com Problemas*, 11(21), 150-169.

CARVALHO, G.M.M. & AVELAR, T.C. Aquisição da Linguagem e Autismo: um Reflexo no Espelho. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 5, nº 3, São Paulo, 2002, pp.11-27

CATÃO, I. *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo: Instituto Langage, 2009.

CATAO, Inês; VIVES, Jean-Michel. Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 36, p. 83-92, dez. 2011. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000300007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 24 jan. 2019.

DUARTE, Marina Scalco. O olhar e a voz no autismo: da elisão do significante à possibilidade de enlace com o outro. 2015. 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FERREIRA, Matias Monteiro. INFANS : (Im)pertinências do infantil na imagem. 2008. 203 f., il. Dissertação (Mestrado em Arte)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FREUD, S. (1977/1915). Os instintos e suas vicissitudes. In Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v.XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (pp. 421-22). Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 1.

JERUSALINSKY, Julieta. A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê. Salvador, BA: Ágalma, 2011.

KANNER, L. (1997). Os distúrbios do contato afetivo. In P.S. Rocha (Org.), Autismos (pp. 111-170). São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1943).

KUPFER, M. C. Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos. Estilos clin., São Paulo, v. 4, n. 7, p. 96-107, 1999. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281999000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2018.

LACAN, J. (1988). O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (Magno, M. D., Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

LAURENT, E. (1997). Alienação e separação I. In Feldstein, R., Fink, B., Jaanus, M. (Orgs.), Para ler o seminário 11 de Lacan. p. 31-41. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LAZNIK, M. C. (2004). A voz da sereia. (Daniele Wanderley, Org.) (3 Ed.) Salvador, BA: Ágalma.

LASNIK-PENOT, M.C. Rumo à Palavra: Três Crianças Autistas em Psicanálise. São Paulo: Editora Escuta, 1997.

LEMOS, C. T. G. (1985). Onspecularity as a constitutive process in dialogue and language acquisition. In: CAMAIONI, L e LEMOS, C. T. G. (orgs). Questions on social explanation: piagetian themes reconsidered. Amsterdam, Jhon Benjamins.

LIER- DE-VITTO (1995). Sobre a interpretação. Em Caderno de estudo lingüísticos, 9-15, jul/dez, Campinas.

MAY, Alberto Philippi. Psicanálise e linguagem. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação. Blumenau, v. 4, n. 2, p. 258-266, maio./ago. 2010. Disponível em:

<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/viewFile/2742/1779>>. Acesso em 27 março 2019.

OLIVEIRA, Mariana Trenche de. A diversidade sintomática na ecolalia. *Distúrbios da Comunicação*, [S.l.], v. 14, n. 2, set. 2012. ISSN 2176-2724. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/11336>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.1.

PEREIRA, Laís de Toledo Krücken; GODOY, Dalva Maria Alves; TERÇARIOL, Denise. (2009). Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 422-429. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300013>

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12591>>. Acesso em: 26 Jun. 2017.

RÊGO, Fabiana Lins Browne, Glória Maria Monteiro de. Aquisição de linguagem: uma contribuição para o debate sobre autismo e subjetividade. *Psicol. cienc.* 2006, vol.26, n.1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000100003>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

RODRIGUEZ, L. O dizer autista. *Escritos da Infância*, n. 6. Publicação do Centro Lúcia Coriat de Porto Alegre, POA, 1999.

SEINCMAN, Monica. Laznik - Penot, M-C: Rumo à palavra. São Paulo, Escuta 1997. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 153-156, 1997. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281997000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 jan. 2019.